

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTES DO
ESPÍRITO SANTO
FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESPÍRITO
SANTO

**RELATÓRIO DO ENCONTRO ESTADUAL PREPARATÓRIO PARA A VI
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

**VITÓRIA/ES
2008**

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo

Breno Louzada Castro de Oliveira

Celina Keiko Motoki

Custódio Jovêncio Barbosa

Edna Castro de Oliveira

Helton Andrade Canhamaque

Júlio de Souza Santos

Karla Ribeiro de Assis Cezarino

Secretaria de Estado da Educação e Esportes do Espírito Santo

Hulda Nery de Castro

Márcia Machado Nascimento

Secretaria Municipal de Educação de Vitória (CEJA)

Breno Louzada Castro de Oliveira

Luciléia Freisleben Lacerda

Marcus Vinícius Cardoso Podestá

COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO ESTADUAL¹

Breno Louzada Castro de Oliveira (Representante do Fórum EJA/ES)

Carlos Fabian de Carvalho (SEME- Vitória)

Edna Castro de Oliveira (UFES)

Gilda Almeida Bastos (UNDIME)

Helton Andrade Canhamaque (Educador de EJA)

Hulda Nery de Castro (SEDU)

Júlio de Souza Santos (Educação do Campo)

Karla Ribeiro de Assis Cezarino (NEJA/CE/UFES)

Márcia Machado Nascimento (SEDU)

Marcus Vinícius Cardoso Podestá (CEJA/SEME/ Vitória)

Talita Rodrigues Moreira (aluna de EJA/CEFETES)

Vani dos Santos (Movimentos Sociais - MST)

Isabel Cristina de Oliveira Roque (COMEUV)

Rosana Monteiro dos Santos (Conselho Estadual)

Odiléa Dessaune de Almeida (NEJA/CE/UFES)

¹ Os representantes dos segmentos Movimentos Sociais , COMEUV , Conselho Estadual e UNDIME, indicados na composição da Comissão, em função do curto tempo de articulação, não atuaram diretamente na organização do Encontro.

SUMÁRIO

	Introdução	04
	Apresentação do diagnóstico.....	07
	Metodologia de Elaboração do Diagnóstico Estadual e Sistematização	09
1	Contexto do Estado do Espírito Santo e do Município de Vitória	10
1.1	Perfil Geral do Estado do Espírito Santo	10
1.2	Perfil Geral do Município de Vitória	16
2	Dados de Escolarização da população jovem e/ou adulta no Estado do Espírito Santo	17
3	Contexto da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Espírito Santo e no município de Vitória	20
3.1	Contexto da EJA no Estado do Espírito Santo	20
3.2	Contexto da EJA no Município de Vitória	37
4	Qualidade da Educação de Jovens e Adultos ofertada	45
5	Desafios para o avanço da Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo	47
6	Recomendações e compromissos necessários para a consolidação da EJA como política pública	49
7	Referências Bibliográficas	51
	Anexo	

Introdução

Nos dias 28 e 29 de março de 2008 foi realizado no CEFETES - Vitória o Encontro Estadual Preparatório para a VI CONFINTEA, com objetivo de apresentar o Diagnóstico da EJA no Espírito Santo, apreciar o Documento Base Nacional “Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil” e propor modificações. Articulado e organizado pelo Fórum EJA/ES em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU-ES), o encontro contou com a participação de 28 municípios representados por seus gestores, educadores e alunos da EJA, contabilizando um público de 223 participantes.

No dia 28/03, com início às 18h20min, A abertura contou com a participação do Secretário Estadual de Educação, Prof. Haroldo Corrêa Rocha, do Secretário de Estado da Justiça, Ângelo Roncalli de Ramos Barros, do Diretor Geral do CEFETES, Prof. Jadir Pella, da representante da UNDIME, Gilda Almeida Bastos, da representante do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos pela Secretaria Executiva do Fórum/EJA/ES, Profa. Edna Castro de Oliveira, do representante de Movimentos Sociais (MST), Prof. Vani dos Santos, da representante do Centro de Educação da UFES, Prof. Mirian do Amaral Jonis Silva, do representante do Fórum/EJA/ES, Breno L. Castro de Oliveira e da representante de alunos da EJA, Talita Rodrigues Moreira.

O Encontro observou a metodologia proposta pelo Regimento dos Encontros Preparatórios para a VI CONFINTEA e as sugestões oriundas da Oficina Regional Preparatória/Sudeste.

Após a abertura, o Regimento do Encontro Estadual disponibilizado a todos os participantes, foi submetido à apreciação da plenária sob a coordenação do Prof. Carlos Fabian de Carvalho, e em seguida aprovado. Em seguida foi apresentado o Diagnóstico da EJA no ES pelos representantes locais, Profa. Márcia Machado Nascimento (SEDU), Prof. Júlio de Souza Santos (Fórum EJA/ES), presentes na Oficina Regional Sudeste e pelo Prof. Marcus Vinícius Cardoso Podestá (Secretaria Municipal de Educação de Vitória), que tratou dos dados referentes a capital. Em

seguida foi proporcionado um momento de debate sobre os dados apresentados, com sugestões que foram incorporadas no texto do Diagnóstico.

No dia 29 de março os trabalhos da manhã transcorreram das 8 horas e 30 minutos às 12 horas. Observamos a programação proposta de grupos de trabalho por eixos temáticos para a leitura e discussão do Documento Base. Para propiciar condições apropriadas de trabalho, os eixos temáticos foram distribuídos por opção dos participantes, inscritos previamente, da seguinte forma:

- a) Eixo temático 1: sujeitos da educação de jovens e adultos (foi dividido em 5 subgrupos – diversidade dos sujeitos da EJA: a) campo indígenas e quilombolas; b) populações carcerárias; c) públicos específicos: jovens; d) públicos específicos: mulheres e idosos; e) públicos específicos: pessoas com necessidades educacionais especiais.
- b) Eixo temático 2: estratégias didático-pedagógicas para EJA
- c) Eixo temático 3: a EJA e a articulação intersetorial.
- d) Eixo temático 4: EJA no sistema nacional de educação: gestão, recursos e financiamento.

Cada grupo de trabalho contou com coordenadores e relatores que utilizaram como apoio um formulário para sistematização das sugestões consensuais ou majoritárias dos grupos, criado a partir das orientações indicadas nos Incisos I a IV do parágrafo único do Art. 31 da Seção IV do Regimento. A orientação é que os grupos fizessem a leitura do texto, na sua totalidade, e fizessem suas sugestões. Alguns coordenadores, no entanto, centraram atenção mais detida no caso de supressões e alterações na temática do grupo.

Durante o intervalo do almoço, utilizando da infra-estrutura do CEFETES (laboratório de informática), os relatores desenvolveram um trabalho orquestrado de inserção das contribuições dos grupos no texto original do Documento Base para posterior apreciação da Plenária Final.

No período da tarde, das 14 horas e 30 minutos às 18 horas foi realizada a Plenária para a apreciação das contribuições dos trabalhos realizados nos grupos. O Documento foi apresentado com as sugestões e lido na íntegra, propiciando momentos

em que se tornou foi possível acordar as contribuições consensuais ou majoritárias dos grupos. A comissão organizadora assumiu a responsabilidade de fazer a revisão geral do texto e disponibilizá-la posteriormente através do portal, encaminhando também a SECAD e a equipe regional. Foram eleitos, ao final, os 10 delegados que representarão o Estado no Encontro Regional previsto para ser realizado na cidade de Belo Horizonte.

Delegados e Suplentes eleitos e homologados no Encontro Estadual do Espírito Santo (ficha enviada pelo MEC)

Nº	Delegado(a)	Suplente	Segmento que o suplente representa
01	Breno Louzada Castro de Oliveira	Marcus Vinícius Cardoso Podestá	Educador de EJA
02	Carla de Souza Campos	Rosana Monteiro dos Santos	Conselho Estadual
03	Edna Castro de Oliveira	Karla de Assis Cezarino	IES
04	Elizangela Ribeiro Fraga	Andréa de Souza Batista	Gestor Municipal
05	Helen Márcia Barbosa Silva	Marijara Martins	Gestor Municipal
06	Júlio de Souza Santos	Maria Aparecida Silva de Souza	Educador de EJA
07	Márcia Machado do Nascimento	Hulda Nery de Castro	Gestor Estadual
08	Margarida Maria Morello	Isabel Christina de Oliveira Roque	Gestor e IES
09	Maria Izabel Alves dos Reis	Larissy Soares de Oliveira	Educador de EJA
10	Talita Rodrigues Moreira	Maria Madalena de Jesus Ferreira	Aluno (as) de EJA

Apresentação do Diagnóstico

Este documento resulta do trabalho coletivo coordenado pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos (Fórum EJA/ES) e pela Secretaria de Estado da Educação e Esportes do Espírito Santo (SEDU) e passa a compor os instrumentos de análise da situação da educação de jovens e adultos nos Estados da Região Sudeste. Tem como objetivo responder às deliberações da Oficina Preparatória Regional, realizada no Rio de Janeiro em fevereiro de 2008, de realização do diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo como parte do movimento preparatório à VI CONFINTEA.

Dado o curto espaço de tempo para a realização do diagnóstico, a Comissão Organizadora do Encontro Estadual, integrada por representantes da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), UNDIME-Secretaria Executiva, Sistemas Municipais de Vitória, Cariacica, Guarapari, Universidade, Educadores e Alunos definiram por desencadear o processo através da organização de três grupos de trabalhos conforme sugerido pelo documento orientador da oficina regional, o que foi aprovado pela plenária do Fórum EJA/ES em 29 de fevereiro de 2008. A Secretaria Executiva do Fórum EJA/ES assumiu a coordenação do processo no que tange à convocação das reuniões de trabalho, à elaboração de instrumentos e à articulação de todo o processo.

A Comissão responsável pela realização deste trabalho entende que os resultados aqui apresentados configuram-se apenas como um estudo inicial e, portanto, provisório, do diagnóstico possível da real situação da EJA no Espírito Santo. As dificuldades de acessar os dados da série 1997-2006 foram evidentes tanto na SEDU, quanto no município da Capital. Por sua vez, o Fórum EJA/ES ao articular este movimento em todo o Estado, em busca de informações sobre a quantidade e qualidade da oferta da EJA cumpre uma dívida com o Movimento Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil que, provocado pela coordenação do V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) em (Brasília) começou a realizar esta tarefa de levantamento do diagnóstico da EJA nos seus respectivos estados.

Entendemos que o movimento preparatório à VI CONFINTEA, coordenado pelo MEC/SECAD, ao remeter esta tarefa como prioritária aos Fóruns, em articulação com

as Secretarias Estaduais de Educação, reconhece e legitima a produção dos Fóruns locais, fortalecendo-os. Ao mesmo tempo, exerce sua indução como Estado, em relação aos demais entes federados. No caso do Espírito Santo, foi possível observar a capilaridade que o movimento do diagnóstico produziu nos municípios que, mesmo diante das limitações dos prazos de retorno das informações, responderam atentamente. O que indica a importância da indução do poder público na proposição de políticas de EJA nos municípios que ainda não a incorporaram com parte de sua política educacional, bem como o fortalecimento da EJA naqueles municípios que vêm buscando afirmá-la como política pública e direito fundamental.

Ressalta-se nesse contexto a relevância do trabalho diagnóstico como um espaço de formação e aprendizagens entre as equipes de trabalho, com destaque para o trabalho de cotejamento de dados de fontes secundárias, realizado pelas representações da SEDU, SEME Vitória e educadores vinculados ao Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da UFES, no trato de dados primários obtidos diretamente das secretarias municipais.

A sistematização que resulta deste trabalho diagnóstico nos permite afirmar que o movimento de preparação para a VI CONFINTEA configura-se como de extrema relevância para pensar a política de EJA do Estado, a avaliação das ações a serem implementadas em conjunção de esforços com sociedade civil, no monitoramento e controle social do cumprimento do dever do Estado, como poder público, de ofertá-la, assumindo-a como integrante da política educacional do Estado.

É também momento por excelência de indução da EJA nos municípios em função de sua inclusão, mesmo que precária no FUNDEB, para que sua oferta possa ser feita em cumprimento do direito à educação, com qualidade para todos.

Metodologia de Elaboração do Diagnóstico Estadual e Sistematização

Logo após a reunião da Oficina Regional, em fevereiro de 2008, a Comissão Organizadora do FórumEJA/ES reuniu-se para analisar a tarefa de realização do diagnóstico e sua viabilidade, em função dos prazos e o sentido deste empreendimento. Seguindo a proposta de criação de grupos de trabalho levantada pela delegação na Oficina realizada no Rio de Janeiro, a comissão decidiu pela formação de três grupos. Buscando o apoio da UNDIME, começamos a mobilizar os municípios a participarem do diagnóstico.

Durante o XXXIV Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Espírito Santo, realizado no dia 28 de Fevereiro de 2008, esses três grupos de trabalho foram referendados pela plenária, e começaram a atuar, reunindo-se regularmente, tanto no coletivo geral, quanto nos sub-grupos.

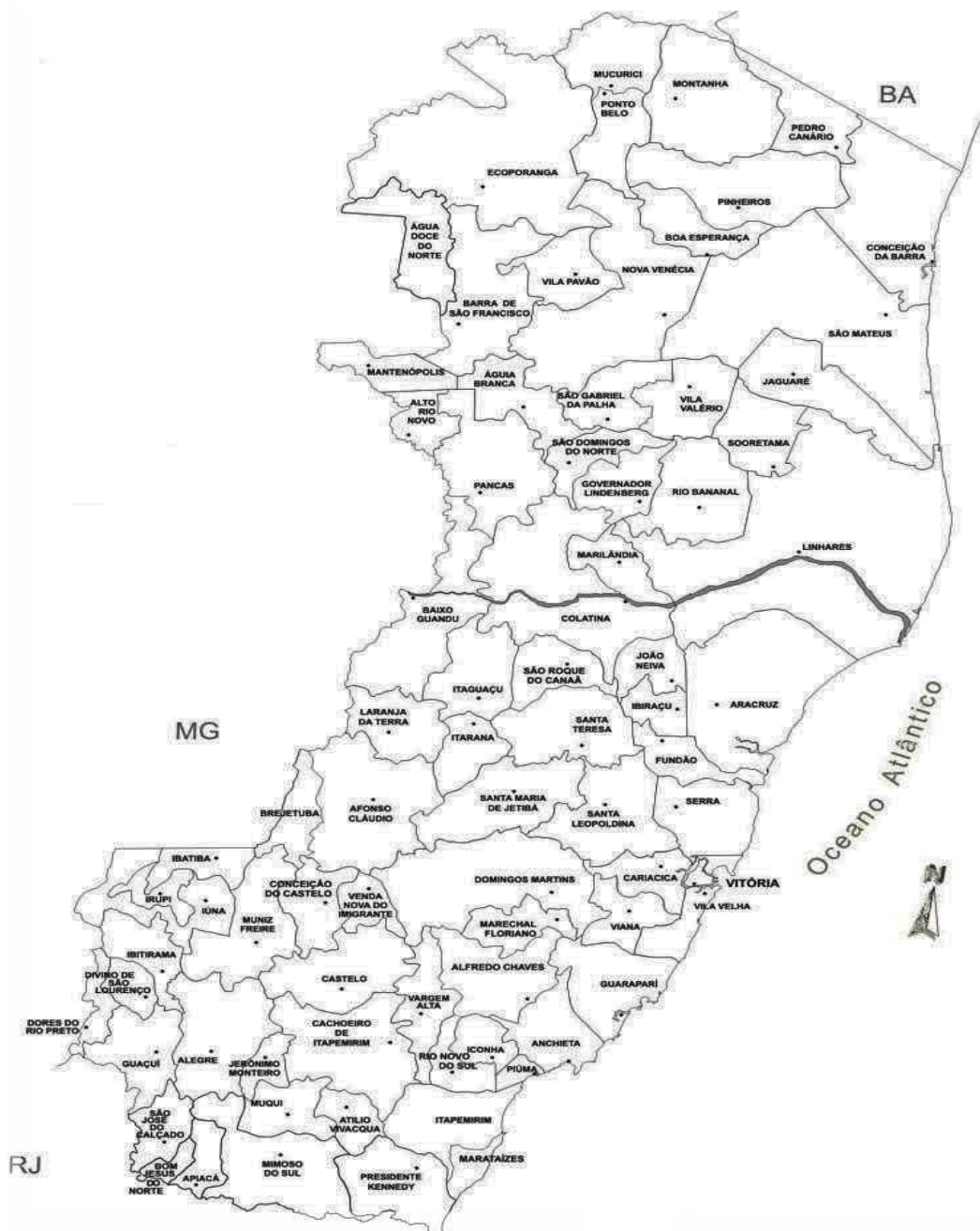
Em meio a esse processo, o Fórum de EJA/ES elaborou um formulário diagnóstico, com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos sobre a Educação de Jovens e Adultos nos contextos municipais do Estado, e contou inicialmente com a participação da UNDIME mas, principalmente, com o apoio da Secretaria do FórumEJA/ES que encaminhou o instrumento para as Secretarias de Educação dos municípios capixabas que, por sua vez, retornaram para a Secretaria do Fórum de EJA/ES. No contexto dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, tivemos mais de um terço dos municípios respondentes, o que indica uma amostra representativa do Estado.

Os dados enviados pelas Secretarias municipais, somados às informações quantitativas e qualitativas, levantadas através de outras fontes governamentais e não-governamentais, foram tabulados e sistematizados pelos grupos de trabalho, para a elaboração do Diagnóstico da EJA do Estado do Espírito Santo.

1. Contexto do Estado do Espírito Santo e do Município de Vitória

1.1 Perfil Geral do Estado do Espírito Santo

Mapa 1: Divisão político-administrativa dos Municípios do Estado do Espírito Santo



Fonte: IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves, 2007.

O Estado do Espírito Santo, localizado na Região Sudeste, conta com população estimada de 3,3 milhões de habitantes em um território de pouco mais de 46.000 Km², formado por 78 municípios.

Constata-se que a população do Estado apresenta um quantitativo crescente nos últimos anos, como indica a tabela 1.

Tabela 1: População total do Espírito Santo.

Ano	População
2001	3.165.000
2002	3.252.000
2003	3.307.000
2004	3.362.000
2005	3.417.000
2006	3.474.000

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – SIDRA / IBGE, 2006

A economia do Estado baseia-se principalmente nas atividades portuárias, de exportação e importação, na indústria de exploração e beneficiamento de rochas ornamentais (mármore e granito), do plantio dos pinheiros de eucalipto (matéria-prima para a produção de celulose), na exploração de petróleo (2º maior do país) e gás natural (maior do país), além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café (2º maior do país).

Após enfrentar uma forte crise de Estado no final da década de 90, o setor público capixaba vem se recuperando neste início de século. Soma-se a isso a conjuntura externa favorável – com o crescimento da economia mundial e a expansão da demanda por *commodities* – e as expectativas quanto ao forte crescimento econômico no Espírito Santo, decorrente da expansão dos setores de siderurgia e de petróleo e pelos recursos que essa expansão poderá trazer para o Estado. Com isso, o território capixaba vive um momento atual de euforia, mas também de grande risco.

Ao mesmo tempo, são grandes as potencialidades com as quais o Estado se defronta, como a disponibilidade de uma base logística de alta capacidade e o crescimento da produção industrial, acima da média nacional nos últimos anos. Isso têm colocado o

Espírito Santo entre os estados mais dinâmicos do país, sendo a 5ª maior renda per capita do Brasil.

A economia capixaba ainda tem grande dependência do *commodities*; as pequenas e médias empresas têm competitividade restrita; boa parte do dinamismo econômico depende do desempenho de poucas e grandes empresas; os níveis de formação do capital humano estão aquém das necessidades do sistema produtivo; o sistema de ciência, tecnologia e inovação são incipientes; há deficiência na gestão e conservação de recursos hídricos; os níveis de violência e de insegurança pública estão entre os mais elevados do País; há baixos padrões de gestão em algumas instituições públicas estaduais; e a distribuição social e espacial da renda é muito desigual.

A educação é uma prioridade do Governo Estadual e tem passado por grandes transformações nos últimos anos. O passado recente mostra avanços bastante expressivos em todos os aspectos, embora ainda persistam como grandes desafios à contínua melhoria da qualidade e da gestão de recursos.

Diante do cenário econômico, as preocupações do estado hoje se voltam para a área de educação, demonstrado por meio do aumento de recursos disponíveis e ampliação na receita estadual, o que possibilitou a realização de mais investimentos na educação pública estadual.

Nos últimos anos, o crescimento da população urbana se intensificou muito, ultrapassando o total da população rural.

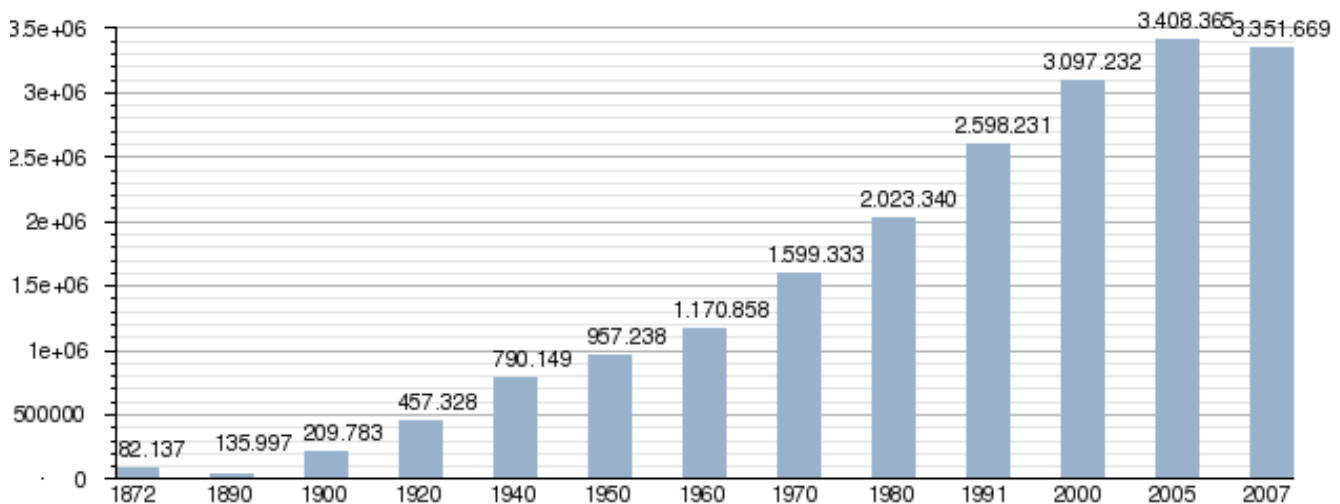
Tabela 2: População residente em áreas urbanas e rurais no Estado do Espírito Santo.

Ano	Situação do domicílio (Mil pessoas)	
	Urbana	Rural
2001	2562	603
2002	2652	600
2003	2669	638
2004	2758	604
2005	2843	575
2006	2855	619

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.

A distribuição da população estadual apresenta muitas disparidades, pois é caracterizada por dois cenários distintos. No interior do Estado predomina a baixa densidade demográfica (com exceção dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares). Já na região metropolitana, que abrange os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Fundão e Viana, ocorre a maior concentração populacional comportando aproximadamente a metade da população do Estado, que consta numa média de 50 hab /km². Podemos analisar a dinâmica demográfica do Espírito Santo ao longo dos anos no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Evolução demográfica do Estado de Espírito Santo.



Fonte: IBGE,
2007.

O PIB capixaba até os anos 60 era sustentado pelo setor agrícola, predominantemente o café. O setor primário chegou a representar 54% do PIB. O café, no entanto, continua sendo de vital importância para a economia capixaba, mas sem haver dependência exagerada. Com o surgimento dos grandes projetos como a CRVD, CST, Aracruz e Samarco (1960/1967) houve a diversificação da base econômica no Estado. A partir dos anos 90, o setor de serviços passou a ter significativa presença no PIB, passando a ser a âncora da economia capixaba impulsionada pela forte vocação do comércio exterior, viável graças à infra-estrutura e logística assentadas no maior complexo portuário da América Latina.

Tabela 3: Produto Interno no Brasil e Espírito Santo.

ANO	Brasil	Espírito Santo
	PIB / R\$ Milhões	PIB / R\$ Milhões
2002	1477822	26756
2003	1699948	31064
2004	1941498	40217
2005	2147239	47191

Fonte: IJSN, Coordenação de Economia e Desenvolvimento.

Mesmo apresentando um cenário favorável ao crescimento econômico, o Estado do Espírito Santo tem um posicionamento distante dos vizinhos de Região (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), que apresentam os maiores índices do PIB brasileiro.

Tabela 4: Ranking dos Estados em relação ao PIB.

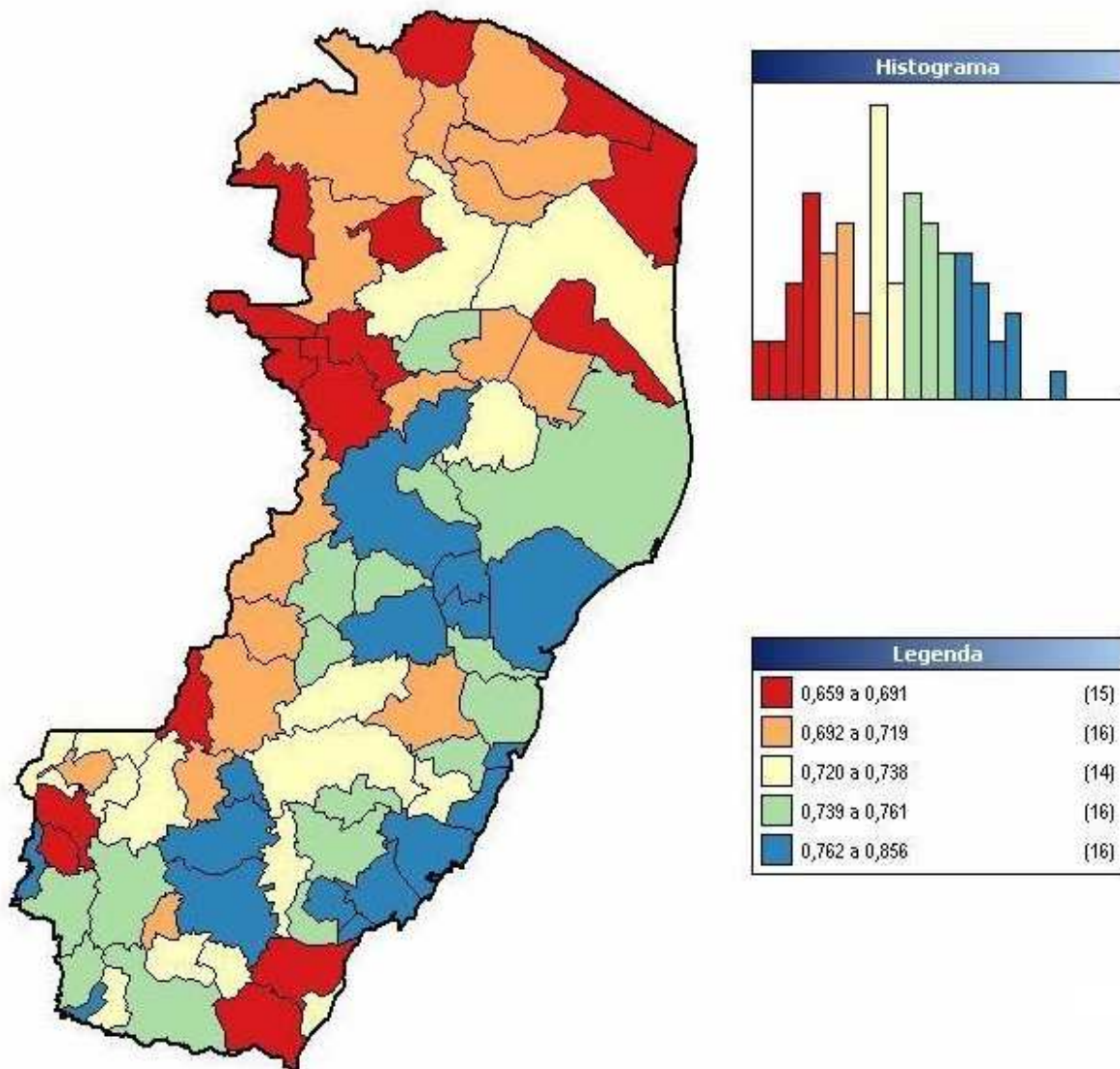
Posição	2002	2003	2004	2005
1	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
2	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
3	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais
4	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
5	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná
6	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia
7	Distrito Federal	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina
8	Santa Catarina	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal
9	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás
10	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco
11	Ceará	Ceará	Espírito Santo	Espírito Santo
12	Espírito Santo	Espírito Santo	Mato Grosso	Ceará
13	Pará	Pará	Ceará	Pará
14	Amazonas	Mato Grosso	Pará	Mato Grosso
15	Mato Grosso	Amazonas	Amazonas	Amazonas
16	Maranhão	Mato Grosso do Sul	Maranhão	Maranhão
17	Mato Grosso do Sul	Maranhão	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul
18	Paraíba	Paraíba	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
19	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Paraíba	Paraíba
20	Alagoas	Alagoas	Alagoas	Alagoas
21	Sergipe	Sergipe	Sergipe	Sergipe
22	Rondônia	Rondônia	Rondônia	Rondônia
23	Piauí	Piauí	Piauí	Piauí
24	Tocantins	Tocantins	Tocantins	Tocantins
25	Amapá	Amapá	Acre	Acre
26	Acre	Acre	Amapá	Amapá
27	Roraima	Roraima	Roraima	Roraima

Fonte: IJSN, Coordenação de Economia e Desenvolvimento.

Em 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil era 0,696. Dentre os municípios do Estado do Espírito Santo, o município com o melhor valor era Vitória (ES), com um valor de 0,797, e o município com o pior valor era Brejetuba (ES), com um valor de 0,555.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil era 0,766. Dentre os municípios do Estado do Espírito Santo, o município com o melhor valor era Vitória (ES), com um valor de 0,856, e o município com o pior valor era Água Doce do Norte (ES), com um valor de 0,659.

Mapa 2: IDH dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

1.2 Perfil Geral do Município de Vitória

A população da cidade de Vitória é majoritariamente urbana. Suas atividades econômicas estão ligadas ao setor de turismo, industrial e serviços. Nesse último item, apresentamos destaque na área portuária como consta nos dados a seguir:

Tabela 5: Economia do Município de Vitória.

Dado	Valor
Valor adicionado na agropecuária	R\$5.276,00
Valor adicionado na Indústria – 2005	R\$2.808.987,00;
Valor adicionado no Serviço	R\$7.488.302,00;
Impostos	R\$4.691.085,00;
PIB a preço de mercado corrente	R\$14.993.650.
PIB Per Capita	R\$47.855,00.

Fonte: PIB 2005 VITÓRIA (IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. In: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>, Acesso em 18/03/2008)

Tabela 6: População Residente em Vitória por faixa Etária (2001).

Faixa Etária	População
0 a 3 anos	17989
4 anos	4447
5 a 6 anos	9244
7 a 9 anos	13220
10 a 14 anos	25984
15 a 17 anos	17640
18 a 19 anos	13049
20 a 24 anos	29747
25 a 29 anos	23644
30 a 39 anos	46506
40 a 49 anos	40848
50 a 59 anos	23842
60 a 64 anos	8036
65 a 69 anos	6714
70 a 74 anos	5104
75 a 79 anos	2851
Mais de 80 anos	3440

Fonte: IBGE – Cidades, 2008.

Tabela 7: População Total e IDH do Município de Vitória/ES.

População total	314.042
IDH (Unesco, 2000)	0.86

Fonte: IBGE, 2007

2. Dados de Escolarização da população jovem e/ou adulta no Estado do Espírito Santo

Uma das causas que se tem apontado para a baixa qualidade dos resultados do ensino-aprendizagem na educação brasileira é a carência de um projeto de educação consolidado para o país, pactuado entre União, Estados e Municípios para maior efetividade das políticas voltadas para a educação.

Neste sentido, o Governo do Estado tem como perspectiva o foco em ações voltadas aos jovens e adultos capixabas, com o intuito de aumentar a permanência daqueles que se encontram matriculados no ensino médio, reduzir a taxa de evasão escolar e oportunizar a continuidade da escolarização ao contingente de jovens e adultos que se encontram fora do sistema de ensino.

O Censo Demográfico de 1980 revelou um número enorme de analfabetos, para o grupo de pessoas de 15 anos e mais de idade, que correspondem a 24,68% de analfabetos. A partir daí, esse percentual vem apresentando redução ao longo dos últimos anos. Em 2000, essa taxa foi de 11,67 %, sendo que a dicotomia entre o urbano e o rural ainda é bem acentuada, marcando as diferenças entre a população do campo e da cidade, onde faltam condições de acesso ao processo de escolarização. Veja a tabela abaixo:

Tabela 8: Pessoas de 15 anos e mais de idade, por situação de domicílio, segundo a alfabetização – Espírito Santo.

Ano	Total	Alfabetizada		Não Alfabetizada	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
1998	1.999.035	1.386.318	372.620	145.454	94.643
2000	2.208.263	1.600.959	349.696	167.498	90.110
2002	2.342.788	1.757.444	334.615	167.762	82.967
2006	*2.585	*1.970	*162	*367	*83

Fonte: IBGE – PNAD 1998, 2002 e 2006 e Censo Demográfico 2000.

* Mil pessoas

Tabela 9: Porcentagem da População de 15 anos e mais de idade, segundo a alfabetização – Espírito Santo.

Ano	Total da População	Alfabetizada		Não Alfabetizada	
		Abs.	%	Abs.	%
1999	2.082.263	1.850.550	88,67	231.208	11,10
2000	2.208.263	1.950.665	88,33	257.608	11,67
2001	2.228.854	1.973.573	88,55	255.281	11,45
2002	2.343.710	2.092.059	89,26	250.729	10,70
2003	2.400.343	2.153.556	89,72	246.318	10,26
2004	2.470.583	2.236.112	90,51	232.122	9,40
2005	2.521.689	2.301.734	91,21	219.017	8,69
2006	*2.584	*2.339	90,52	*245	9,48

Fonte: IBGE – PNAD e Censo Demográfico.

* (Mil Pessoas)

Em 2001, o Espírito Santo possuía um total de 552.000 analfabetos funcionais, que correspondia a 24,8% da população capixaba (Mapa do Analfabetismo -2001). Segundo o IBGE, o Estado apresentou no ano de 2002 um total de 250.729 pessoas não alfabetizadas.

A média de anos de estudo da população capixaba entre 25 e 34 anos é um pouco maior do que 8 anos (PNAD, IBGE/2004), valor superior à média nacional. Entretanto, quando comparada a valores referentes aos países desenvolvidos, cuja escolaridade é superior a 12 anos, evidencia-se a necessidade de problematizar o fluxo escolar no sistema educacional capixaba, ampliar as taxas de acesso e permanência e reduzir as taxas de evasão escolar e repetência.

Nas taxas de alfabetização/analfabetos por grupos de idade observou-se que as gerações mais velhas apresentam as maiores taxas de analfabetismo (30 anos e mais). Esse comportamento está normalmente associado às maiores oportunidades de alfabetização/escolaridade que as gerações mais novas dispõem em comparação com as oferecidas há algumas décadas passadas. Veja as tabelas a seguir.

Tabela 10: Pessoas de 15 anos e mais de idade, por situação de domicílio, segundo a alfabetização e os grupos de idade – Espírito Santo.

ANO	Situação	Grupos de Idade						
		15 anos e mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos e mais
1998	Alfabetizado	1.758.938	303.875	246.575	206.229	422.425	291.412	288.422
	Não Alfabetizado	240.097	6.475	6.974	11.959	39.351	43.838	131.500
2000	Alfabetizado	1.950.655	323.082	292.909	242.313	443.350	325.842	323.159
	Não Alfabetizado	257.608	8.290	10.636	12.509	36.540	46.890	142.743
2002	Alfabetizado	2.092.059	341.070	309.724	230.459	433.708	382.102	394.996
	Não Alfabetizado	250.729	5.531	3.686	10.141	35.029	48.858	147.484

Fonte: IBGE - PNAD 1998 e 2002 e Censo Demográfico 2000.

Tabela 11: Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos e mais – Espírito Santo.

Anos	População Residente							Fonte : IBGE - PNAD 1998 e 2002
	15 anos e mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos e mais	
1980	24,68	11,94	13,41	17,44	24,79	34,24	47,17	
1998	13,65	2,13	2,83	5,80	9,32	15,04	45,59	
2000	11,67	2,50	3,50	4,91	7,61	12,58	30,64	
2002	11,98	1,62	1,19	4,40	8,08	12,79	37,34	

e Censo Demográfico 1988 e 2000.

O contingente de analfabetos de 15 anos e mais de idade no Estado no período de 1997-2005 diminuiu crescentemente, porém, no ano de 2005 para 2006, aumentou em 25.983 pessoas. Observe a tabela a seguir:

Tabela 12: População de 15 anos e mais não alfabetizada no Espírito Santo.

Anos	Não Alfabetizados	%
1997	273.566	13,89
1998	240.097	12,01
1999	231.208	11,10
2000	257.608	11,67
2001	255.281	11,45
2002	250.729	10,70
2003	246.318	10,26
2004	232.122	9,40
2005	219.017	8,69
2006	*245	9,48

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, PNAD – 1997 a 2006

* Mil pessoas

3. Contexto da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Espírito Santo e no município de Vitória/ES

3.1 O contexto da EJA no Estado do Espírito Santo

No Brasil, país que vive resquícios de uma cultura hierarquizante e excludente, a Educação de Jovens e Adultos ainda é tratada como uma compensação e não como um direito. É certo que os textos legais a partir, principalmente, da constituição Federal/88 e da LBD/96 vêm alterando essa lógica, deslocando a idéia de compensação substituindo-a gradativamente pelas de reparação e equidade, sem, contudo responder às demandas por uma educação ao longo da vida, como um direito público subjetivo.

O processo de luta pela legitimação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil demonstra as evidentes rupturas e descontinuidade das propostas, não existindo a preocupação em se criar uma política pública para a educação de jovens e adultos enquanto modalidade de educação básica do ensino fundamental e médio.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96 prevê que a Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio, e deve ser oferecida em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão.

A seção dedicada à Educação Básica de Jovens e Adultos reafirmou o direito destes a um ensino básico adequado às suas condições, e o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos. Nos últimos anos ocorreram movimentos em nível nacional e estadual no que diz respeito à discussão de parâmetros de idade mínima para ingresso.

Em 2007, o Ministério da Educação/SECAD ampliou essa discussão, envolvendo a participação dos 26 Estados e do Distrito Federal, tendo a participação do Governo do

Estado nas discussões. Há que se considerar que o Conselho Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo foi um dos disparadores da necessidade de se discutir parâmetros de idade para ingresso na EJA ao aprovar a idade mínima de 18 anos para ingresso no Ensino Fundamental, sem a escuta das instâncias e sujeitos envolvidos. As audiências públicas realizadas durante o ano de 2007, sobre parâmetros de idade mínima para a EJA, reuniram a escuta da sociedade civil levando o Consultor do Conselho Nacional de Educação Prof. Jamil Cury a considerar que a idade mínima para os exames prevista pela LDB, de 15 anos para a realização de exames supletivos no Ensino Fundamental e 18 anos no Ensino Médio deve ser a mesma a ser tomada como referência para ingresso na EJA. Esta recomendação a ser acatada pelo Conselho Nacional de Educação, indica para o Conselho Estadual do Espírito Santo a necessidade de alteração na legislação vigente além de induzir o poder público a incluir a Educação de Jovens e Adultos como integrante dos sistemas de ensino.

No Estado, o percurso da EJA não diverge muito do caminho trilhado em nível nacional considerando que, por intervalos de tempo, a Educação Jovens e Adultos não apresentou avanços significativos, ora por falta de uma política pública definida, ora pelos poucos recursos financeiros. Contribui para essa situação o fato de grande parte das administrações não priorizar a educação de jovens e adultos como direito fundamental e possibilidade de acesso de exercício de cidadania a inúmeros sujeitos excluídos do mundo do trabalho, em que a leitura e escrita e os diferentes códigos de linguagem são ferramentas indispensáveis para apropriação do conhecimento científico e tecnológico em tempos de rápidas transformações.

Diante de um cenário desanimador, o Estado foi contagiado na década de 90 pelas mobilizações nacionais provocadas pelos apelos internacionais, particularmente da UNESCO, face ao crescimento do analfabetismo no Mundo e no Brasil. O momento para a Educação de Jovens e Adultos no Estado passava por inovações. Em 1995, foi realizado o I Congresso de Educação de Jovens e Adultos do ES, sendo criado o Fórum Permanente Estadual e os Fóruns Permanentes Municipais de Educação de Jovens e Adultos, nos seus respectivos âmbitos, garantindo a representação das entidades públicas e comunitárias que cuidam da EJA. No entanto, esse pretendido avanço em relação à criação dos Fóruns não logrou resultados efetivos.

O Plano Estadual de Educação de Jovens e Adultos, elaborado com a participação popular para o período de 1996-1999, definiu as políticas para o setor, buscando o envolvimento da sociedade no enfrentamento da questão do analfabetismo, considerando que a demanda, naquele contexto, em números absolutos era de 33.558 pessoas com menos de um ano de escolaridade e 799.551 com, no mínimo, um ano de escolaridade e, no máximo, quatro anos.

A preocupação com a redução do índice de analfabetismo no Estado, em torno de 17,7% motivou a administração estadual a priorizar a Educação de Jovens e Adultos, tornando-a parte constitutiva do sistema estadual de educação, sendo constituída a Comissão de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Espírito Santo, com a finalidade de Formular Políticas para o setor, pelo Decreto nº. 6.735-E de 29/05/1996.

A modalidade suplência aumentou sensivelmente, por meio do projeto “Todos Podem Ler”, ofertado aos jovens e adultos de 1ª a 4ª série. A SEDU em parceria com empresas e órgãos públicos, em 1995, atendeu 21.323 alunos matriculados em 1.036 classes em 69 municípios.

Para o atendimento ao projeto “Todos Podem Ler”, em 2004, foram disponibilizados 485 professores atendendo a 11.097 alunos em 281 escolas e 41 turmas, distribuídas em 78 municípios. Os parceiros foram as empresas: Mineração Nemer Ltda; SINDICON – Sindicato da Construção Civil; SINDPAES – Sindicato dos Portuários Avulsos, Arrumadores e Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo. (Resolução CEE nº 22/92). Para manter o atendimento a 28.441 alunos com idade a partir de 16 anos, visando à conclusão de estudos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, vem sendo oferecido o Curso de Suplência Fase II, em 179 escolas localizadas em 72 municípios, contando com 1.584 professores.

Ainda no ano de 2004, foram atendidas um total de 35.127 jovens e adultos que já haviam concluído a escolaridade em nível de ensino médio, com idade a partir de 17 anos através do Curso de Suplência Fase III – Ensino Médio. Para o atendimento a SEDU atuou com 1.524 professores em 118 escolas, distribuídas em 56 municípios.

A Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, em 2003, deu destaque à EJA, a partir da concepção do documento – Política Educacional do Estado do Espírito Santo, com o lema “A Educação é um Direito”.

No ano de 2004, com a finalidade de atender a meta mobilizadora do governo de reduzir em 30% os indicadores de analfabetismo no Estado foi instituído o Programa “Alfabetização é um Direito”, iniciativa elaborada em conjunto com os diversos segmentos da área educacional, especialmente com o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo. Ao longo dos quatro anos de execução, o Programa ganhou a adesão de 76 municípios do Estado.

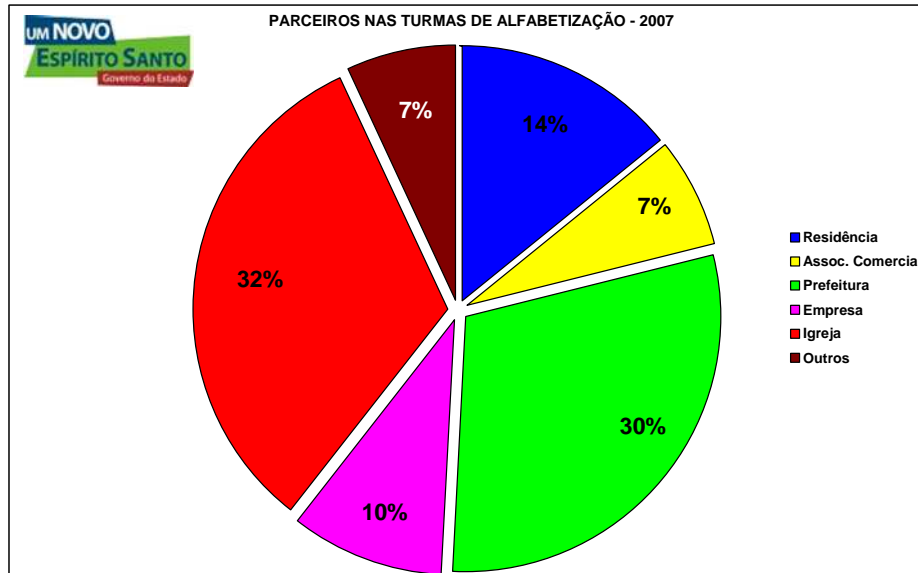
Há que se ressaltar que este programa foi instituído por decisão governamental. O Espírito Santo optou por não aderir ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal por considerar que a proposta estadual apresentava e ainda apresenta condições mais apropriadas, principalmente de valorização do alfabetizador. Ressalta-se que sucesso do programa deu-se em função da metodologia de trabalho e do envolvimento da sociedade civil. Tivemos como parceiros: associações comerciais, igrejas, prefeituras, empresas, residências e outros.

Em 2004, foram instaladas 06 turmas com 98 alunos em Cariacica; 04 turmas com 41 alunos em Vitória; 10 turmas com 149 alunos na Serra; 18 turmas com 316 alunos em Vila Velha, totalizando 38 turmas e 604 alunos. Atualmente, o Programa atende em parceria com diversas entidades, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 2: Parceiros do Programa Alfabetização é um Direito no ano de 2007.

ALFABETIZAÇÃO É UM DIREITO

Resultados



Fonte: Secretaria Estadual de Educação (SEDU), 2007.

Os Programas “Fazendo Escola”, também conhecido como Programa Recomeço, iniciado em 2003, e “Alfabetização é um Direito” contaram com a colaboração do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) do Centro de Educação da UFES na formação de educadores. Esta ação foi descontinuada com a mudança da gestão da Sub-Secretaria de Educação Básica da SEDU.

O nível educacional da população do Estado está em constante transformação, sendo que a proporção de analfabetos ainda está relativamente elevada. Na Região Metropolitana da Grande Vitória, os níveis de analfabetismo são menores na análise do espaço territorial geográfico: Cariacica 9,1%, Guarapari 9,2%, Serra 8,6%, Viana 10,0%, Vila Velha 5,4%, Vitória 4,6%. (Fonte IBGE – Censo Demográfico/2000).

No Espírito Santo, os estabelecimentos de Ensino que atendem sujeitos jovens e adultos da rede estadual e das redes municipais, respondem pela maior parte do atendimento no Espírito Santo, como demonstra a tabela seguinte.

Tabela 13: Número de Estabelecimentos de Ensino - Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo.

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1997	792		638	151	3
1998	649	1	424	215	9
1999	596		415	176	13
2000	749		525	204	20
2001	734		517	200	17
2002	717		513	191	13
2003	671	1	479	175	16
2004	616	1	411	185	19
2005	489	1	287	181	20
2006	466	2	262	181	21
TOTAL	6479	6	4471	1859	151

Fonte: MEC/ Censo Escolar/Sinopse Estatística

O atendimento da população entre 15 e mais anos no Espírito Santo tem se dado da seguinte maneira:

Tabela 14: Matrícula inicial, na Educação de Jovens e Adultos, por tipo de atendimento

Ano	Alfabetização	Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Médio	Ensino Profissionalizante	Curso de Aprendizagem
1997	3.336	58.322	25.734	32.588	8.587	2.461	
1998	4.911	61.715	21.936	39.779	10.588	6.311	99
1999	4.725	57.969	18.592	39.377	16.921	4.006	267
2000	4.790	50.712	19.982	30.730	13.846	7.802	97
2001	3.001	54.619	20.530	34.089	20.285		
2002	2.693	50.446	18.379	32.067	26.585		
2003	848	52.458	18.177	34.281	33.452		
2004	582	48.229	16.553	31.696	34.160		
2005	19.413	37.730	11.440	26.290	30.975		
2006	17.990	34.029	9.083	24.946	31.066		
Total	62.289	506229	180406	325843	226465	20580	463

—
Espírito Santo (1997 a 2006).

Fonte: MEC/Censo Escolar/Sinopse Estatística

No período em série, a Secretaria de Estado da Educação e Esportes ofertou a EJA sob nomenclatura de Suplência através do Projeto “Todos Podem Ler”, correspondente às 4 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental, Suplência Fase II, séries finais do Ensino Fundamental e o “Curso Suplência FASE III”, ao nível de Ensino Médio.

Tabela 15: Alunos e Docentes nos Cursos de EJA, rede Estadual de Ensino.

ANO	Projeto "Todos Podem Ler"		Fazendo Escola/Recomeço		Alfabetização è um Direito		Suplência Fase II		Suplência Fase III Ensino Médio	
	Nº Alunos	Nº. Docentes	Nº Alunos	Nº. Docentes	Nº Alunos	Nº. Docentes	Nº Alunos	Nº. Docentes	Nº Alunos	Nº. Docentes
2000	17.632	705					26.022	867	12.727	424
2001	16.601	668	1.054	80			28.103	1.254	17.645	673
2002	14.808	349	1.066	90			25.308	1.364	23.849	1.088
2003	13.460	430	915	118					29.674	989
2004	13.456	485	26.446	2.300	582	30	28.441	1.584	35.127	1.524
2005	6.954	278	25.465	2.465	19.413	1.165	18.511	617	27.725	1.693
2006					17.990	1.519	23.228	774	32.645	1.088
TOTAL	167.512	2.915	54.946	2.583	37.985	2.714	149.613	6.460	161.747	7.479

Fonte: MEC/ Censo Escolar/Sinopse Estatística

A partir de 2002 os Centros de Estudos Supletivos foram reorganizados e passaram a ser denominados como Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA's). Há quatro deles atendendo o Estado (Vitória, Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim) em nível de Ensino Fundamental e Médio. Atuam prioritariamente através da Instrução Personalizada e da Banca Permanente de Exames. Recentemente os Centros têm buscado diversificar a oferta e encontrar novos sentidos na produção de práticas pedagógicas voltadas para o atendimento dos sujeitos jovens e adultos trabalhadores.

Tabela 16: Número de atendimentos nos CEEJA; Instrução personalizada e exames – Espírito Santo (2006)

CEEJA	Instrução Personalizada		Exames		Total
	Ens.Fundamental	Ensino Médio	Ens.Fundamental	Ensino Médio	
Cachoeiro de Itapemirim	1.373	1.546	3.875	10.650	17.444
Colatina	1.787	2.295	2.662	15.918	22.662
Linhares	1.323	1.245	4.417	6.680	13.665
Vitória	4.788	6.061	1.460		12.309
TOTAL GERAL	9.271	11.147	12.414	33.248	66.080

As

funções docentes na EJA, rede Estadual de ensino, totalizam 6.068 no ano de 2006, sendo 2.292 da Alfabetização, 1.433 do Ensino Fundamental e 2.343 do Ensino Médio professores. No ano de 2007, totalizaram 5.516, sendo 1.770 atuaram na Alfabetização, 1.290 no Ensino Fundamental e 2.456 no Ensino Médio.

A tabela a seguir mostra o total de funções docentes nas redes Federal, Estadual, Municipal e Privada, entre os anos de 1997 e 2004.

Tabela 17: Função Docente - Educação de Jovens e Adultos - Espírito Santo

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1997	2.135		1.816	265	54
1998	2.469	1	1.803	402	263
1999	2.898		2.132	372	394
2000	3.329		2.413	431	485
2001	3.195		2.537	471	187
2002	3.663		3.005	522	136
2003	3.937	20	3.110	607	200
2004	4.194	15	3.366	601	212

Fonte:MEC/ Censo Escolar/Sinopse Estatística

Investimentos na EJA no Estado do Espírito Santo

A EJA está atualmente incluída no FUNDEB, com um percentual de 0,7% custo-aluno, o que se constitui uma desigualdade, porque equidade se promove também alocando mais recursos de forma a promover uma educação pública com qualidade social para todos, em especial para aqueles que mais necessitam.

No Estado do Espírito Santo, os escassos recursos destinados à EJA nos anos de 2000, 2001, 2002, para Projetos/Cursos e aos CEEJA's refletem a urgência na retomada de princípios constitucionais no que diz respeito à alocação de recursos de maneira eficiente e transparente:

1. Projetos/Cursos:
 - a. Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-R\$ 41.064,00 (Fonte 10)
 - b. Cota – Parte Federal do Salário Educação – R\$ 570.423,00 (Fonte 13)
 - c. Convênios – R\$ 157.867,00 (Fonte 14)
2. CEEJA:
 - a. Pagamento de pessoal – R\$ 21.772.683,00

- b. Recursos Financeiros repassados diretamente – R\$ 285.000,00
- c. Manutenção das Unidades – R\$ 352.727,00

A EJA e a Educação do Campo no Estado do Espírito Santo

No Espírito Santo, assim como em outros estados brasileiros, a oferta de educação para jovens, adultos e idosos do campo, que abandonaram os estudos ou que não tiveram oportunidade de freqüentar a escola, é marcada pela compensação, com atendimento de baixa qualidade e caracterizada, sobretudo, pela ausência de políticas públicas que considerem as particularidades dos sujeitos que habitam esse espaço.

Portanto, trata-se de uma exclusão em duas vias, pois o excluído jovem, adulto ou idoso é excluído duplamente, quando estamos nos referindo a um sujeito que habita o campo, uma vez que o acesso e a oferta de uma educação de qualidade sempre foram direcionados aos sujeitos dos espaços urbanos.

O Espírito Santo é um estado pioneiro em experiências que contemplam as especificidades de determinados povos do campo. É o caso, por exemplo, do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que oferta Escolas Famílias Agrícolas, predominantemente, para filhos de agricultores familiares, possuindo a Pedagogia da Alternância, como elemento marcante do atendimento. Outra experiência é o trabalho desenvolvido pelos Centros Integrados de Educação Rural (CIER's), que propõem novos caminhos na busca de uma educação voltada para sujeitos do campo.

No entanto, essas experiências não objetivam atendimento prioritário ao público da educação de jovens e adultos do campo, pois são voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes.

Uma contribuição fundamental do movimento de construção de uma educação voltada para os sujeitos do campo, mais especificamente, assentados e acampados ligados, principalmente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que além de atuar na formação de pedagogos e técnicos agroecológicos, tem ofertado salas de EJA nos

níveis de Alfabetização e Escolarização (1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental) em acampamentos e assentamentos do Espírito Santo.

Apesar das descontinuidades e problemas de organização e administração, o programa que vem sendo desenvolvido no estado desde 2001, descontinuado em 2007, representa uma importante ação na busca da reparação de um direito historicamente negado aos sujeitos do campo: o direito a uma educação adequada e de qualidade.

Entre 2005 e 2007, ocorreu o terceiro momento do PRONERA/EJA no Espírito Santo, sendo interrompido por fatores burocráticos. Nesse período, foram matriculados 325 alunos nas turmas de Alfabetização e Escolarização do programa. Veja a tabela a seguir:

Tabela 18: PRONERA/EJA-ES: convênio 2005-2006

ASSENTAMENTO/ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	INSCRITOS	CONCLUDENTES
JOSÉ MARCUS DE ARAÚJO	MUQUI	30	9
17 DE ABRIL	MUQUI	22	17
17 DE ABRIL	MUQUI	15	15
17 DE ABRIL	MUQUI	12	12
17 DE ABRIL	MUQUI	15	10
SANTA RITA	B. J. NORTE	13	6
SANTA FÉ	APIACÁ	11	9
NOVA SAFRA	ITAPEMIRIM	18	12
NOVA SAFRA	ITAPEMIRIM	15	8
MONTE ALEGRE	MUQUI	14	12
MONTE ALEGRE	MUQUI	16	15
CASTRO ALVES	P. CANÁRIO	12	8
CORREGO DO BALÃO	MONTANHA	17	10
OSIEL ALVES DE CARVALHO	MONTANHA	8	5
OTAVIANO DE CARVALHO	P. BELO	-	10
LIBERDADE	P.BELO	12	5
VALDÍCIO BARBOSA	C.BARRA	16	11
HEROIS DA RESISTENCIA	C. BARRA	9	8
RIO PRETO E ITAUNAS	C. da Barra	13	7
CASTRO ALVES	P. CANÁRIO	16	8
PAULO VINHA	C. BARRA	-	18
FRANCISCO DOMINGO RAMOS	MONTANHA	10	8
BELA VISTA	MONTANHA	-	5
ADRIANO MACHADO	MONTANHA	16	12
LIBERDADE	P.BELO	15	4
16 DE ABRIL	A. BRANCA	-	4
22 DE JULHO	ECOPORANGA	-	7
PIP-NUCK	N. VENÉCIA		5

NOVA ESPERANÇA	ARACRUZ	-	5
NOVA ESPERANÇA	ARACRUZ	-	2
13 DE MAIO	N. VENÉCIA	-	2
PIRANEMA	FUNDÃO	-	-
MARGARIDA ALVES	B. SÃO FRANCISCO	-	10
INDIO GALDINO	ARACRUZ	-	-
MADRE CRISTINA	N. VENÉCIA	-	4
MADRE CRISTINA	N. VENÉCIA	-	8
Total		325	291

Fonte: Relatório Final - PRONERA-EJA/ES, 2006.

O projeto de educação de jovens e adultos (EJA), vinculado ao PRONERA, tem como finalidade contribuir na redução do analfabetismo e na elevação da escolaridade entre os trabalhadores rurais assentados e acampados em áreas de reforma agrária no Estado do Espírito Santo. O projeto foi elaborado por solicitação do Coletivo Estadual de Educação do MST em razão da constatação de um quantitativo de jovens e adultos com baixa escolaridade, ou que nunca tiveram acesso à educação escolar. Nesse sentido, o projeto de alfabetização tem por objetivo criar as condições para que os jovens e adultos residentes nos assentamentos rurais tenham acesso aos conhecimentos básicos dos estudos da linguagem, do cálculo, da sociedade e da natureza.

A proposta pedagógica do projeto foi formulada por meio da interlocução entre o Coletivo Estadual de Educação do MST e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da UFES, sendo posteriormente submetida à avaliação do Colegiado Executivo do PRONERA. Após a aprovação no Colegiado Executivo o projeto foi encaminhado ao INCRA, UFES e CIDAP para que fossem tomados as providências necessárias à celebração do convênio.

Na proposta pedagógica é considerado o processo cultural vivenciado pelos trabalhadores rurais assentados. As dimensões da **cultura** e do **trabalho** foram tomadas como eixos norteadores para o desenvolvimento da proposta de alfabetização, tematizando em torno de sub-eixos: identidade, tempo e memória e produção, sustentabilidades, trajetórias, que perpassaram os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento. A descontinuidade do Programa deixa em aberto a exigência

de avaliação do processo e de seus resultados, demandando a necessidade da pesquisa.

O Projovem no Espírito Santo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) teve início na cidade de Vitória, no dia 12 de dezembro de 2005. Nesse primeiro momento, o atendimento se deu somente nas capitais, estendido em 2007 às cidades metropolitanas de Vila Velha e Serra.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do programa está a cargo das Instituições de Ensino Superior (IES). Para melhor operacionalização, as instituições foram agrupadas por regiões, ficando sob a responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a Coordenação Regional Sudeste 1 que integra as Universidades Federais do Espírito Santo (UFES) e do Rio de Janeiro (UFRJ) e (UNIRIO).

A equipe do SMA tem como função fazer o monitoramento e avaliação do Programa. Para o desenvolvimento dessas ações são utilizados materiais elaborados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Diagnóstico do Projovem Vitória

De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação Municipal de Vitória, até o dia 28 de dezembro de 2005, havia 685 alunos inscritos. A tabela abaixo descreve o desenvolvimento do programa no município.

Tabela 19: Programa de Inclusão de Jovens – Vitória (2005 a 2007)

Alunos	1ª Entrada (12/12/2005)	2ª entrada (19/06/2006)	3ª Entrada (04/06/2007)	4ª Entrada (26/09/2007)
Inscritos	1126	551	260	510
Matriculados	704	412	213	603
Evasão	73%	74%	--	--

Certificados	194	107	Em andamento	Em andamento
--------------	-----	-----	--------------	--------------

Fonte: Coordenação Municipal Projovem Vitória.

Como podemos observar, os dados acima revelam alto índice de evasão no Programa, dos quais podemos inferir diversas variáveis de interferências, tais como: a falta da bolsa auxílio, jovens gestantes, dificuldades financeiras para o transporte, problemas de gestão, entre outros.

Na quarta entrada podemos ver uma diferença entre o número de alunos inscritos e os matriculados. De acordo com a coordenação municipal, essa situação ocorreu devido aos alunos inscritos e não matriculados nos anos de 2005 a 2007 terem sido aceitos para fazer parte dessa entrada. Destacamos ainda o acordo feito entre os municípios de Vitória e de Cariacica em matricular os alunos de Cariacica no Programa da capital, justificando assim a diferença de 107 alunos.

No primeiro semestre de 2007 o PROJOVEM, no Espírito Santo, passou a atender os municípios de Vila Velha e Serra integrantes da região metropolitana. A tabela abaixo aponta o quantitativo de alunos atendidos por estes municípios.

Tabela 20: Programa de Inclusão de Jovens – Vila Velha (2007)

Alunos	1ª Entrada (05/02/2007)	2ª entrada (07/05/2007)	3ª Entrada (24/09/2007)
Inscritos	741	297	--
Matriculados	432	204	61
Evasão	72%	--	--
Inscritos para fazer o EFNE	121	--	--

Fonte: Coordenação Municipal Projovem Vila Velha

Tabela 21: Programa de Inclusão de Jovens – Serra (2007)

Alunos	1ª Entrada (05/03/2007)	2ª entrada (04/06/2007)	3ª Entrada (01/10/2007)
Inscritos	946	381	276
Matriculados	473	308	166
Evasão	70%	--	--

Inscritos para fazer o EFNE	145	--	--
-----------------------------	-----	----	----

Fonte: Coordenação Municipal do Projovem Serra

Os índices de evasão do Programa nos dois municípios apontados na tabela acima, podem ser equiparados com os dados da capital.

Sendo assim, a questão da evasão no programa indica explicitamente que o Programa precisa ser urgentemente repensado, a partir das avaliações produzidas pelo sistema de monitoramento. Há necessidade de se construir políticas públicas de juventude consistentes produzidas na perspectiva da intersectorialidade dos diversos entes federados para atender este público jovem vulnerável.

Educação Prisional

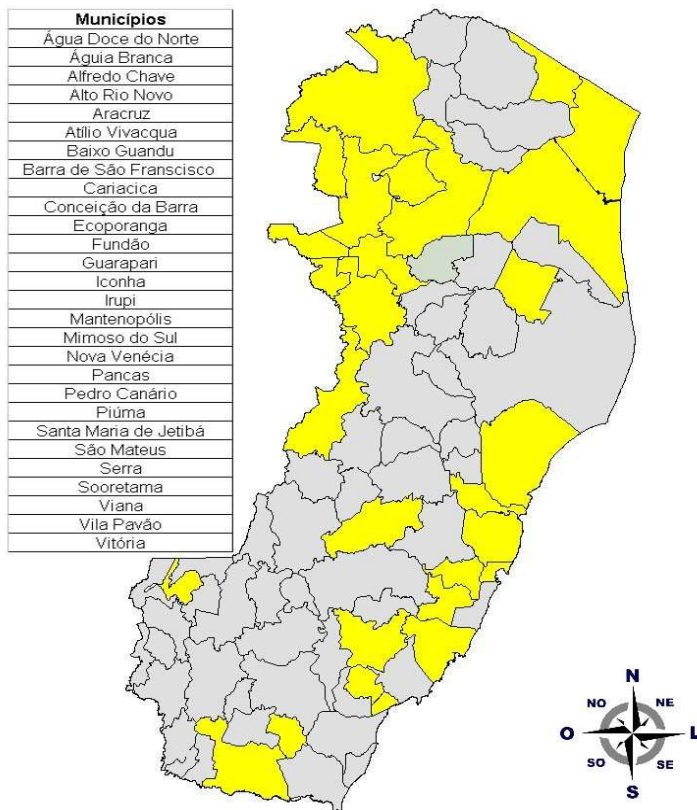
Foi celebrado convênio com a SECAD com o objetivo de aprimorar o Programa Educacional em 06 unidades prisionais da região metropolitana (Vila Velha, Viana e Cariacica), envolvendo 30 professores, 60 agentes penitenciários / técnicos diretores e realização de 31 oficinas, atendendo 356 presidiários.

Em 2008, a Secretaria participará de um Curso, realizado pelo Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES, que terá início dia 14 de abril desse ano, com carga horária de 120 horas.

A EJA nos Municípios do Espírito Santo

Dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, um total de 28 municípios respondeu, através das Secretarias Municipais, o Formulário Diagnóstico da EJA, o que proporcionou uma leitura aproximada da realidade da EJA nos contextos municipais capixabas. O mapa a seguir retrata a relação desses municípios.

Mapa 3: Municípios do Espírito Santo que responderam Formulário Diagnóstico.

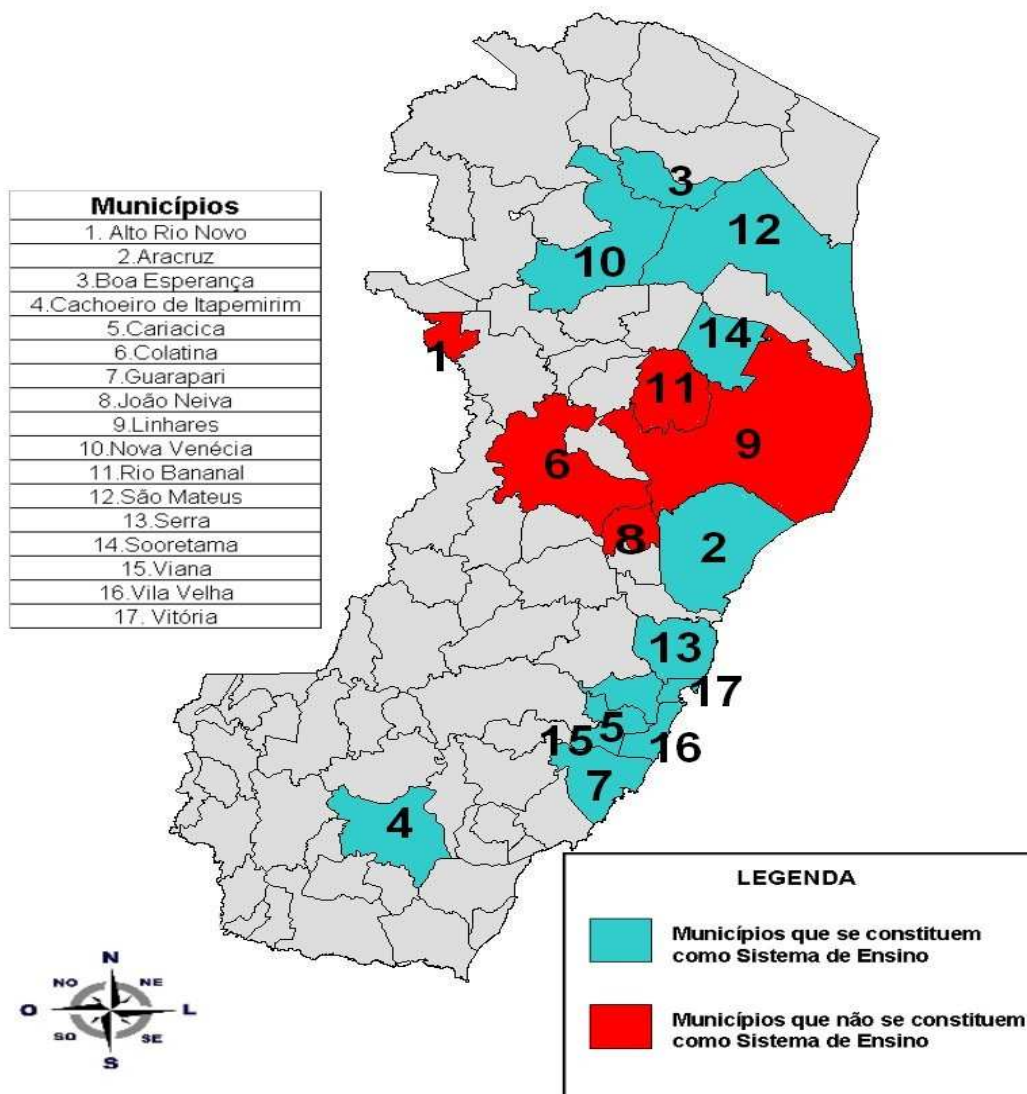


Fonte: Fórum EJA/ES,

Em relação à constituição de um sistema de ensino municipal, a pesquisa realizada com 17 municípios revelou que, desse total, 12 se constituem como Sistemas de Ensino (Mapa 3) e apenas 5 não se constituem ainda como sistema de ensino.

Os municípios de Linhares, Rio Bananal, João Neiva, Colatina e Alto Rio Novo, por não se constituírem como Sistemas de Ensino, seguem a proposta do Estado, que ainda não superou o modelo de suplência no atendimento dos sujeitos da EJA.

Mapa 4: Municípios do Espírito Santo que se constituem e municípios que não se constituem como sistemas de ensino.



Fonte: Fórum EJA/ES,

Dentre os 28 municípios, base dessa leitura diagnóstica, 21 municípios declararam ofertar a Modalidade EJA. São os municípios de Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Cariacica, Conceição da Barra, Ecoporanga, Fundão, Guarapari, Iconha, Irupi, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Sooretama, Vila Pavão e Vitória. A tabela adiante mostra o número de Escolas dos municípios que ofertam a modalidade EJA. No entanto, há indícios de que o Fórum EJA/ES tem necessidade de desencadear a discussão sobre o significado da oferta da modalidade para os municípios que assim declaram ofertá-la.

Tabela 22: Oferta de Escolas da Rede Municipal - Modalidade EJA² de acordo com a situação de domicílio (2008)

Nº	Município	Número de Escolas no Meio Urbano	Número de Escolas no Meio Rural
1	Água Doce do Norte	03	-
2	Alto Rio Novo	04	05
3	Aracruz	18	04
4	Baixo Guandu	03	01
5	Barra de São Francisco	04	-
6	Cariacica	25	-
7	Conceição da Barra	04	06
8	Ecoporanga	06	-
9	Fundão	01	-
10	Guarapari	11	03
11	Iconha	01	-
12	Irupi	01	02
13	Mantenópolis	01	-
14	Mimoso do Sul	03	-
15	Nova Venécia	02	01
16	Pancas	01	-
17	Pedro Canário	04	02
18	Santa Maria de Jetibá	01	02
19	Sooretama	02	01
20	Vila Pavão	01	02
21	Vitória	19 (14 EJA integral e 5 EJA + Ensino Noturno Regular)	-

Fonte: Fórum de EJA/ES, 2008.

A tabela a seguir retrata o número de alunos que foram atendidos pelas escolas municipais que ofertam a modalidade EJA, de acordo com a situação de domicílio no ano de 2007.

Tabela 23: Número de alunos atendidos por Escolas municipais que ofertam a modalidade EJA no Espírito Santo (2007)

Nº	Município	Número de Alunos atendidos em Escolas no Meio Urbano	Número de Alunos atendidos em Escolas no Meio Rural
1	Água Doce do Norte	126	-
2	Alto Rio Novo	17	28
3	Aracruz	967	65
4	Baixo Guandu	122	10
5	Barra de São Francisco	768	-

² De acordo com informações disponibilizadas pelas Secretarias Municipais de Educação.

6	Cariacica	3816	-
7	Conceição da Barra	519	202
8	Ecoporanga	346	-
9	Fundão	141	-
10	Guarapari	1733	140
11	Iconha	24	-
12	Irupi	40	31
13	Mantenópolis	262	-
14	Mimoso do Sul	55	-
15	Nova Venécia	356	40
16	Pancas	10	-
17	Pedro Canário	406	30
18	Santa Maria de Jetibá	15	98
19	Sooretama	299	37
20	Vila Pavão	23	26
21	Vitória	150	-

Fonte: Fórum EJA/ES, 2008.

Em relação às outras formas de oferta, a pesquisa diagnóstica mostrou que os municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vitória ainda ofertam o Ensino Regular Noturno para os sujeitos jovens e adultos, sendo que em dois desses municípios a oferta dessa modalidade é realizada concomitantemente com a modalidade EJA. No caso específico da capital, a expansão da oferta da modalidade EJA é uma ação prioritária para 2008.

Apenas as secretarias municipais de Baixo Guandu, Cariacica e Sooretama declararam ofertar o Programa Alfabetização Solidária (Alfasol). Em 2007, o Programa apresentou o seguinte quadro de atendimento nesses municípios.

Tabela 24: Programa Alfabetização Solidária no Espírito Santo

Nº	Município	Número de Turmas	Número de alunos atendidos
1	Baixo Guandu	24	448
2	Cariacica	42	748
3	Sooretama	10	11

Fonte: Fórum EJA/ES, 2008.

3.2 O Contexto da EJA no Município de Vitória/ES

Em um passado recente, o Sistema Municipal de Ensino de Vitória ofertou o Ensino Noturno na totalidade de suas unidades escolares. Na maioria das escolas, a organização e o funcionamento pedagógico consistia na oferta de cursos regulares anuais, mas também havia algumas experiências de suplência.

Em 1998, inicia-se uma política de redução da oferta e aglomeração da procura. O projeto pensado para atender a demanda de pessoas jovens e adultas por escolarização tinha uma organização pedagógica estruturada em oito semestres letivos, criado com base na Lei nº 4747/98, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Vitória - o **Ensino Fundamental Regular Semestral Noturno**, que, ademais, não teve a apreciação do Conselho Municipal de Educação. Atualmente, 19 escolas do Sistema Municipal de Ensino de Vitória ofertam o Ensino Noturno; aproximadamente, a metade do que foi ofertada em anos anteriores. A oferta da semestralidade acabou por contagiar a organização da oferta em vários municípios da região metropolitana.

A partir do ano de 2005, há um intenso movimento de revisão da oferta de educação para pessoas jovens e adultas. O resultado foi a elaboração do projeto a “**A Educação de Jovens e Adultos no Ensino Noturno Regular**”, cuja estruturação aponta **seis anos** como terminalidade para o cumprimento do Ensino Fundamental (três anos para o primeiro e segundo segmento, organizado, em ambos os casos, em três fases denominadas de *Inicial*, *Intermediário* e *Conclusivo*), com vistas a contribuir **para** a melhoria da qualidade da educação ofertada, bem como atender aos tempos demandados pelos nossos educandos. Entre eles, vários tiveram experiências anteriores de aprendizagem escolar, trazem consigo diferentes saberes e apresentam urgência em obter diplomas para garantir melhores condições no mundo do trabalho. Ao propor essa organização, o projeto defende não estar encurtando ou simplesmente reduzindo o tempo de escolarização estabelecido para o Ensino Fundamental. Ao contrário, afirma a diferenciação deste tempo, buscando romper com a concepção supletiva, tão enraizada no atendimento dado aos sujeitos que não tiveram acesso à educação na idade própria considerada por lei, ou seja, 7 a 14 anos.

O projeto esteve em fase de implementação desde 2006, como projeto experimental. No final de 2007 (05/12/2007), o Conselho Municipal de Educação (COMEUV) aprova o referido projeto em caráter definitivo. O acúmulo neste período de implementação faz

com que a Coordenação da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Vitória considere o referido projeto como uma transição natural para a implementação da modalidade EJA em nossa capital. Essa leitura se baseia em alguns elementos.

1º) toda a fundamentação teórica e a da prática pedagógica do projeto assentam-se nos princípios estruturantes da modalidade EJA;

2º) com a aprovação do FUNDEB no primeiro semestre de 2007, temos a necessidade de ofertar a modalidade EJA em função do imperativo da inclusão EJA no referido fundo, como forma de começar a instituir bases para o sistema de EJA no país;

3º) uma das unidades de ensino do Sistema Municipal de Educação que ofertam escolarização no período noturno declarou seus alunos como sendo pertencentes à modalidade EJA. O que se pretende é ampliar essa ação, visto que várias escolas mostraram-se interessadas em aderir à modalidade ao longo do ano de 2007.

Na verdade, o projeto de 2005 lançou as bases para que os docentes do Ensino Noturno de Vitória se familiarizassem na prática com a modalidade EJA. Isso ocorreu na medida em que o projeto aponta flexibilização da oferta, tempos e espaços coletivos de discussão docente e uma estrutura de atendimento mais adequada aos tempos dos educandos. Ao mesmo tempo, desafia os docentes a experimentarem outras práticas pedagógicas, menos disciplinares e mais voltadas ao estabelecimento de conexões entre os temas desenvolvidos com os alunos.

Outro dado importante é a constatação de que flexibilizar a oferta é de fato uma medida mais atrativa para os educandos da EJA, principalmente para os trabalhadores. Ocorre que promover esta ação no âmbito do Ensino Fundamental Regular, como é o caso do projeto de 2005, gera contradições referentes à frequência, por exemplo. Exigir 75% de assiduidade aos educandos da EJA e condicioná-la à aprovação escolar significa, muitas vezes, desestimular sua permanência na escola, pelo fato simples dos mesmos não disporem de tempo para o cumprimento de tal exigência. Dessa feita, a modalidade EJA apresenta-se como a estrutura de atendimento que mais se adequou

ao perfil dos educandos da EJA, pois a legislação educacional prevê possibilidades várias de oferta.

Todos esses elementos fizeram com que das dezenove escolas de Ensino Noturno Regular, quatorze optassem pela modalidade EJA em 2008. Mas a transição do projeto para a modalidade é matéria que merece cuidados.

Conforme vimos anteriormente, o referido projeto prevê dois segmentos de três anos cada, de modo que o aluno tem o direito de concluir seus estudos na estrutura em que iniciou ou retomou sua escolarização. Em 2008, finaliza-se o ciclo nos dois segmentos, já que o projeto foi implementado em 2006. Assim, sugerimos às escolas que optaram pela modalidade em 2008, que mantenham suas turmas de *Conclusivo* na estrutura de oferta do projeto de 2005, como forma de assegurar a terminalidade do mesmo.

Com isso, o município de Vitória vem buscando reestrutura a oferta da EJA. Para além de uma modificação formal, na ação de declarar a modalidade de EJA para efeito de captação de recursos, busca-se adequar sua estrutura para garantir o direito à educação de Jovens e Adultos, como fundamenta o parecer CNE/CEB Nº 11/2000.

Características da oferta de EJA na Rede Pública de Ensino Municipal de Vitória

Entre os anos de 1999 e 2006, a secretaria municipal de educação de Vitória ofertou um quantitativo de escolas, que não se alterou consideravelmente, tal qual mostra a tabela posterior.

Tabela 25: Estabelecimentos com Ensino de Jovens e Adultos em Vitória/ES (1999 a 2006)

Ano	Total de Escolas
1.999	24
2.000	20
2.001	18
2.002	18
2.003	18
2.004	18
2.005	19
2.006	19

Fonte: ATP/SEME

Atualmente, a rede municipal de ensino de Vitória possui 19 estabelecimentos de Ensino, sendo que 5 ofertam o Ensino Fundamental Noturno e EJA (respectivamente, nas séries finais do Ensino Fundamental e Modalidade EJA de 1ª a 4ª séries), enquanto 14 Escolas ofertam somente a Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 26: Escolas do sistema municipal de ensino no município de Vitória e tipo de oferta

Escolas Municipais de Ensino	Oferta	Tipo de oferta
Adevalni S.Ferreira de Azevedo	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Álvaro de Castro Mattos	1º e 2º segmento	Modalidade EJA / Ensino Fundamental Noturno regular
Alvimar Silva	1º e 2º segmento	Modalidade EJA / Ensino Fundamental Noturno regular
Aristóbulo Barbosa Leão	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Arthur da Costa e Silva	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Castelo Branco	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Ceciliano Abel de Almeida	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Edna de Mattos S. Gáudio	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Francisco Lacerda de Aguiar	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
José Lemos de Miranda	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Juscelino K. de Oliveira	1º e 2º segmento	Modalidade EJA / Ensino Fundamental Noturno regular
Maria Stella de Novaes	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Mauro Braga	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Neusa Nunes Gonçalves	1º e 2º segmento	Modalidade EJA / Ensino Fundamental Noturno regular
Padre Anchieta	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Paulo Roberto Vieira Gomes	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Prezideu Amorim	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Suzete Cuendet	1º e 2º segmento	Modalidade EJA / Ensino Fundamental Noturno regular
Prof. Vercenílio da Silva Pascoal	1º e 2º segmento	Modalidade EJA
Total : 19 escolas		

Fonte: SEME/PMV, 2008.

Até 2007 os alunos do Sistema Municipal de Vitória não eram declarados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Por isso, não consta nos dados do IBGE a oferta específica em EJA. A Tabela seguinte mostra as matrículas no município em 2005.

Tabela 27: Matrículas da EJA no município de Vitória em 2005

REDE	Educação de Jovens e Adultos (presencial)	Educação de Jovens e Adultos (semipresencial)

Estadual	1.914	4.103
Federal	132	0
Municipal	0	0
Privada	1.371	0
Total	3.417	4.103

Fonte: IBGE, 2005.

Tabela 28: Matrícula Inicial, Anual, Evadidos, Matrícula Efetiva, Aprovados e Reprovados - Município de Vitória. Período: 1996 a 2006.

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA ANUAL	EVADIDOS	MATRÍCULA EFETIVA	APROVADOS	%	REPROVADOS	%
1996	9067	9913	3315	5730	5146	89,81	584	10,19
1997	10086	10650	2559	7497	7064	94,22	433	5,78
1998	12275	12990	3012	9402	9362	99,57	40	0,43
1999	12655	13340	3196	9652	9562	99,07	90	0,93
2000	11508	12109	3222	8489	8318	97,99	171	2,01
2001	10068	10541	2630	7370	6413	87,01	957	12,99
2002	9875	10423	3215	6788	5847	86,14	941	13,86
2003	9176	9703	2641	6671	5715	85,67	956	14,33
2004	8139	8656	2445	5892	4503	76,43	1389	23,57
2005	7670	8262	2578	5244	4223	80,53	1021	19,47
2006	3663	4809	2233	2108	1649	78,23	459	21,77
TOTAL	104182	111396	31046	74843	67802	90,59	7041	9,41

Fonte: SEME/ATP/Estatística/2008

Cabe ressaltar que a quantidade de matrículas até o ano de 2005, em função da oferta com base na semestralidade, contabilizava a soma de dois semestres de matrículas. Isso justifica a drástica redução de matrícula no ano de 2006 quando houve uma ruptura com o modelo de oferta semestral.

Tabela 29: Número de Alunos no Noturno, por Série. Período: 2001 a 2007

ANO	SÉRIE							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
2001	284	310	304	488	886	967	1365	1238
2002	393	279	321	407	853	941	1313	1222
2003	314	229	267	353	759	825	1143	1122
2004	292	199	298	275	771	810	1044	1063
2005	355	233	250	322	655	799	992	1007
2006	288	213	187	269	548	615	753	790
2007	928 (1º Segmento)				2826 (2º Segmento)			
TOTAL	1926	1463	1627	2114	4472	4957	6610	6442

Tabela 30: Número de Turmas Ofertadas no Ensino Noturno. Período: 2002 a 2008

ANO	NÚMERO DE TURMAS	
	1ª a 4ª Série (1º Segmento)	5ª a 8ª Série (2º Segmento)
2002	46	115
2003	39	109
2004	41	103
2005	39	101
2006	46	99
2007	51	89
2008	37	76
TOTAL	299	692

Fonte: SEME/ATP/Estatística/2008

A Média de alunos por turma em 2007, na rede municipal de ensino foi de 18,20 para o 1º Segmento e de 31,75 para o 2º Segmento.

No período entre 2005 a 2007, a secretaria municipal de Vitória matriculou 1817 alunos no PROJOVEM.

Fruto de um processo iniciado com o projeto de 2005, a modalidade EJA em Vitória incorpora vários de seus elementos organizacionais. Assim, a estrutura de oferta aponta os mesmos **seis anos** de projeto de 2005 como terminalidade para o cumprimento do Ensino Fundamental: três anos para o primeiro e segundo segmentos, denominados, em ambos os casos, de *Inicial*, *Intermediário* e *Conclusivo*. Essas denominações servem, antes de tudo, para localizar os educandos na organização da unidade de ensino no que se refere à escrituração escolar. Não têm o objetivo de reforçar concepções seriadas.

Por muito tempo a ciência moderna vem sustentando a idéia de que os processos de conhecimento se dão de modos seqüenciados, lineares e seguindo um pressuposto de

que há conhecimentos em graus de dificuldade variada, que exigem antecedência de aprendizagens para que se possam aprender conteúdos mais “difíceis”. Este modo de pensar referendou as estruturas escolares que organizam o conhecimento segundo seqüências seriadas, em que só se alcançam níveis “superiores”, galgando-se patamares inferiores, arbitrados e nomeados dessa maneira, por quem detém o poder de fazê-lo. Esta idéia, por mais que não resista a qualquer comprovação empírica, segue sustentando muitos modelos de escolas e de currículos, inclusive as de jovens e adultos.

Reconhecendo que é em rede que se tecem os variados saberes, sem hierarquias antecipadas, mas determinadas pelas exigências das aprendizagens cotidianas, e considerando o amplo repertório de vida e de produções já realizadas por jovens e adultos, admite-se que os critérios de enturmação são flexíveis, de acordo com as necessidades formativas dos educandos, dando-lhes a alternativa e a prerrogativa de compor grupos sem a rigidez de se encerrarem numa única turma até o término do ano letivo.

4.1. Carga Horária

A carga horária na modalidade EJA altera-se em relação ao projeto de 2005. Ela ocorre numa jornada semanal de 12 horas de efetivo trabalho em sala de aula. As aulas compreendem o intervalo de segunda a quinta-feira, com três horas de duração total, que devem ser ocupadas de acordo com a organização interna das unidades de ensino. Na sexta-feira, portanto, não há trabalho com alunos. Esse dia é destinado ao planejamento coletivo dos professores, que deixam de ter, desta feita, o seu dia específico de planejamento individual durante a semana.

Se tomarmos como referência as quarenta semanas letivas no calendário civil, perfaz-se 480 horas em um ano letivo, tanto no primeiro como no segundo segmentos, que equivalem às etapas seriadas do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries, respectivamente). Em três anos, somamos 1440 horas em cada segmento. Assim, a carga horária total correspondente ao Ensino Fundamental na modalidade EJA perfaz 2880 horas.

A duração diária obrigatória para os alunos é de 3 horas e 20 minutos, com intervalo para alimentação e recreio. Além delas, a escola oferecerá **Atividades Curriculares Complementares** para orientação de estudos e projetos 4 vezes na semana no horário de 18 às 18:40h, em caráter facultativo para os alunos.³

A organização curricular para o curso tem a estruturação por disciplinas. Os componentes curriculares se constituem de acordo com os PCN's e Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Vitória, respeitando a Base Comum Nacional e Parte Diversificada: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física.

As disciplinas de Filosofia e Sociologia deverão ser trabalhadas nas disciplinas de História e Geografia. As relações étnico-raciais e identidade serão discutidas a partir dos documentos oficiais: PCN's e Lei 10639/2003, que torna obrigatório a inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino básico.

Embora estruturada por disciplinas, a proposta curricular que apresentamos para a Modalidade EJA caminha na perspectiva do desenvolvimento de conceitos amarrados através de *Unidades Conceituais* que assim se constituem: **Ciência; Cultura, Trabalho e Engajamento Social; Democracia e Poder; Gênero e Etnia.**

Os conceitos escolhidos remetem ao sentido final do projeto educativo, ou seja, a formação para a cidadania, com domínio dos instrumentos básicos para interferir e agir, criticamente, sobre o mundo — a leitura, a escrita e o pensamento lógico-matemático. Para dar-lhes sentido, lança-se mão dos conhecimentos relativos aos diferentes campos do conhecimento, que com ele

³ No caso das turmas de Conclusivo do Segundo Segmento as ACC's ocorrerão inclusive às sextas-feiras, de acordo com as possíveis organizações da escola.

dialogam, exigindo uma reorganização dos chamados conhecimentos científicos de cada área, de modo a se conectarem, trançando-se, com os demais.

O indicativo do Projeto de 2005 é de que esses campos sirvam como referência de organização do trabalho docente, não engessando e impossibilitando a integração entre os campos de conhecimento. Para isso, elabora-se a idéia do *Currículo em Movimento* como formulação que estimule a integração desses campos e dialogue com os saberes próprios dos sujeitos da EJA.

4. Qualidade da Educação de Jovens e Adultos ofertada

Como já indicado, nos últimos 15 anos no Espírito Santo, a oferta de Educação de Jovens e Adultos veio sendo ofertada pelo Estado através da suplência em diferentes níveis da Educação básica: Suplência Fase I, Suplência Fase II e Suplência Fase III. Apesar da implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, lançada em 2007, em fase de implementação em 2008, esta realidade parece persistir, o que demanda acompanhamento e avaliação. O Programa Alfabetização é um Direito, como política de redução dos índices de analfabetismo no Estado, não está integrado às Diretrizes, sendo desenvolvido ainda como um ação pontual, indicando a necessidade de que o estado avance na perspectiva de conceber a alfabetização como parte integrante da política de EJA, na perspectiva da continuidade da escolarização. Os quatro Centros de Estudos Supletivos passaram a partir de 2002 a assumir a denominação de Centro de Estudos de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA). Seus profissionais manifestaram durante o Encontro Estadual a necessidade de que o Estado propicie condições para a revitalização desses espaços, o que vem sendo apontado desde 2004.

A Suplência, como transposição do modelo da escola diurna para o noturno, ainda persistente, vem se caracterizando pela inadequação de suas práticas pedagógicas às necessidades e características dos grupos aos quais atende de diferentes formas, com orientações metodológicas inadequadas às características dos jovens e adultos.

A leitura e análise dos formulários diagnósticos demonstraram que há uma completa ausência de propostas pedagógicas que realizem a integração entre Educação de

Jovens e Adultos e Trabalho. As exceções são feitas às Secretarias de Santa Maria de Jetibá e de Serra que possuem parcerias com SENAR e SENAI, proporcionando cursos de qualificação profissional.

A leitura das informações do item do formulário diagnóstico, referente à formação do educador, nos permite inferir que no Espírito Santo, o docente da EJA apresenta uma excelente formação inicial, pois a maior parte (Tabela 31) dos profissionais docentes apresenta o Ensino Superior Completo, além de uma pequena parcela que possui pós-graduação completa. No entanto, esta parece ser mais uma questão que nos remete à necessidade da pesquisa e de continuidade da ação diagnóstica .

Tabela 31: Formação do Educador de EJA no Espírito Santo

Escolaridade	Nº de Educadores
Magistério	105
Ensino Superior Incompleto	86
Ensino Superior Completo	410
Pós-Graduação Incompleta	12
Pós-Graduação Completa	258

Fonte: Fórum EJA/ES, 2008.

5. Desafios para o avanço da Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo

Os principais desafios levantados no processo de elaboração do diagnóstico referem-se à continuidade dos estudos na escolarização, uma vez que não é proporcionada a perspectiva de prosseguimento na escola para determinados sujeitos, principalmente, os indígenas, quilombolas e outros grupos do campo.

O Espírito Santo tem hoje o importante e urgente desafio de melhorar as condições educacionais dos jovens e adultos, através da ampliação da eficiência e da qualidade

de seu sistema escolar, de forma a potencializar as ações que serão asseguradas para o setor e em especial para os Jovens e Adultos.

A relação entre o tempo dos sujeitos e o tempo dos programas deve ser problematizada, pois o tempo de aprendizagem não pode ser determinado desconsiderando os sujeitos.

Outro desafio que se coloca está na necessidade de formação específica para os professores alfabetizadores indicado por outras fontes como a escuta dos participantes do Fórum EJA/ES, em seus encontros regulares.

A questão da distância entre as escolas que ofertam o ensino e o local de moradia dos sujeitos é um dos problemas que dificultam a o acesso comprometendo o ao atendimento dos jovens, adultos e idosos.

Há necessidade urgente de articulação e diálogos propositivos entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos. Essa demanda tem se ampliado nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Vitória. A falta de estudos específicos voltados para jovens e adultos que apresentam essa demanda tem sido um agravante na construção de uma referência de atendimento.

Como foi relatado anteriormente, o município de Vitória vem buscando consolidar a modalidade de EJA com o objetivo de atender de maneira adequada à demanda de seus educandos, objetivando assegurar de maneira plena o direito a educação. Considerando essa afirmação, a primeira constatação com base na apresentação dos dados relativos ao município de Vitória é a necessidade de ampliação da oferta. Ainda que possamos questionar a contagem do número de matrículas com base na oferta semestral é possível acompanhar uma redução da oferta histórica.

Outro problema enfrentado pelos municípios consiste na falta de material didático específico, isto é, voltado para Educação de Jovens e Adultos.

Embora não tenhamos dados específicos sobre o fluxo de jovens e adolescentes matriculados na EJA, esse aparece como um dado visivelmente crescente em nossas

escolas. Essa demanda consiste basicamente de alunos em defasagem escolar que são transferidos para o ensino noturno. Somado a essa demanda, também se apresentam vários casos de menores em conflito com a lei.

Apesar dos inúmeros desafios a EJA, como resultado de lutas históricas e políticas dos movimentos sociais organizados, deverá prosseguir com os avanços no campo legal, normativo, e na formulação de políticas públicas que garantam a efetivação do direito, o que demanda concebê-la como política pública de Estado.

6. Recomendações e compromissos necessários para a consolidação da EJA como política pública

- Reavaliação de intervenções governamentais com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esta recomendação toma como base o fato de que este índice gera distorções em relação às demandas dos municípios. Em áreas urbanas, por exemplo, há uma tendência de que esse índice seja mais elevado, ainda que o número de jovens e adultos não escolarizados seja também elevado.
- Flexibilização do projeto “Brasil Alfabetizado” quanto às normas de adesão para Estados e Municípios. A exigência de que o projeto tenha a mesma estrutura em todo território nacional tem dificultado a adesão de nosso estado. A Secretaria Estadual de Educação já possui a iniciativa de um programa de alfabetização – “Alfabetização é um Direito” – que avança em uma série de aspectos em relação à estrutura do “Brasil Alfabetizado”. Com isso, o programa local vem se consolidando como a principal referência para esse tipo de intervenção e atende atualmente a aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) alunos. A Secretaria Municipal de Vitória corrobora com essa avaliação e, por isso, a opção o município tem optado pelo programa “Alfabetização é um Direito”.
- Diante dessa conjuntura, entendemos que a melhor saída seria a fusão das duas propostas de intervenção em uma única ação. Sem que para isso o programa local seja descaracterizado. Com isso, pretendemos obter maior coesão nas ações

políticas voltadas para educação de jovens e adultos no estado e município. A mesma recomendação pode também ser aplicada ao PROJOVEM; a possibilidade de adequação da proposta pelo estado/município permite que se possa qualificar a intervenção do Estado junto às demandas educacionais, além de evitar sobreposições de ações que observamos acontecer de maneira recorrente na EJA.

- Situar o PROJOVEM como política no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Embora o PROJOVEM possua uma série de especificidades quanto à demanda e metodologia, sua estrutura prevê a escolarização e, portanto, exige uma ligação mais orgânica com as propostas municipais e estaduais de educação.
- Ampliação dos recursos para Educação de Jovens e Adultos. Sem desconsiderarmos o avanço em relação à destinação de uma dotação orçamentária específica para Educação de Jovens e Adultos, avaliamos que é necessário que o percentual de 0,7 por aluno se amplie.
- Estimular os municípios a declararem a modalidade EJA, pois apesar do percentual baixo do custo-aluno da Educação de Jovens e Adultos, essa ação levará a indução de políticas públicas para a EJA, em virtude do crescente número de matrículas declaradas no Censo Escolar.
- Cabe ao poder político estabelecer as políticas para a EJA, enquanto modalidade da educação básica, ofertada de forma regular, com um currículo (os) que expresse (m) as necessidades e características dos sujeitos que articulem ciência, cultura, trabalho e tecnologia.
- Ao mesmo tempo em que se espera avançar há que superar o modelo de suplência em vigência nos últimos dez anos no estado do Espírito Santo, partindo de um diagnóstico da EJA que permita subsidiar novas formas de organização, em substituição ao modelo atual.
- Torna-se imprescindível que as escolas e seus profissionais sejam chamados a participarem da construção coletiva do projeto político pedagógico, com propostas adequadas à diversidade dos sujeitos e à organização dos tempos e espaço

escolares, reafirmando a democracia tanto como princípio, quanto como processo de participação e exercício de cidadania.

- Aliado à construção de um projeto pedagógico há que se definir uma política de formação continuada dos profissionais que atuam na EJA, com propostas que levem em consideração os espaços que atuam, os sujeitos que atendem e os conhecimentos necessários a sua prática educacional.
- No que diz respeito à construção de propostas curriculares, educadores e educando deverão ser considerados, estabelecendo-se uma estrita relação entre o mundo do trabalho, da cultura e do conhecimento científico.
- É fundamental também que se discuta o atendimento nos Centros Educacionais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA, desenvolvendo ações que visem resignificar esses espaços redefinindo suas funções. (recomendações) – suplência (módulos), atendimento personalizado.

7. Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acessado em 13 de Março de 2008.

_____. **Relatórios Temáticos: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

ESPÍRITO SANTO, Lei 4.747, de 30 de julho de 1998 que “institui o Sistema Municipal de Ensino do Município de Vitória”. **Diário Oficial** publicado na *A Gazeta*. 1998.

Espírito Santo. Gerência de Informação e Avaliação Educacional. **Sinopse Estatística – 2006**: Estado, Superintendências, Municípios. Vitória (ES): SEDU, 2006. 206 p.

_____. Secretaria do Estado da Educação e Esportes. **Nova Escola**. Vitória, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Plano Estadual de Educação 1996/1999. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 1996.

_____. Secretaria do Estado da Educação e Esportes. **Política Educacional do Estado do Espírito Santo: A Educação é um Direito. Documento Base**. Vitória, 2003.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edudata Brasil – **Sistema de Estatística Educacionais**. Disponível em <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acessado em 20 de março de 2008.

Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) - PROJOVEM /Grande Vitória. **Relatório Geral do PROJOVEM - Grande Vitória 2005-2008**. Vitória, 2008.

Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. **Relatório anual de extensão do Programa “Educação de Jovens e Adultos: múltiplos espaços e tempos de formação”**. Vitória: NEJA/CE/UFES, 2006.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.

MINAS GERAIS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE.
Parecer 007/02

Anexos

Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Espírito Santo Formulário para o Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Espírito Santo

Município/Estado: _____

I – Atendimento da EJA

a) O município se constitui como sistema de ensino?

() Sim

() Não

b) Forma de Oferta

Modalidade EJA ()

Suplência ()

Outra () Qual? _____

c) Oferta de acordo com a Situação de Domicílio

Atendimento	Meio Urbano	Meio Rural
Nº Escolas que ofertam EJA		

Nº Turmas		
Nº Alunos atendidos		
OUTRAS		

d) Programas de Alfabetização/Escolarização desenvolvidos no Município/Estado e rede privada, por entidades governamentais e não governamentais

Programa	Número de turmas	Número de alunos atendidos
Alfabetização é um direito		
Brasil Alfabetizado		
Alfasol		
Alfalite		
BB Educar		
Com todas as letras		
Pescando Letras		
Pronera		
Proeja		
Projovem		
Tecendo Saberes		

e) Outros Programas de Alfabetização desenvolvidos no Município / Estado e rede privada, através de convênios, ou por entidades governamentais e não governamentais.

Programa	Número de turmas	Número de alunos atendidos

f) O município tem ofertado atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais?

() Sim

() Não

g) Que tipos de necessidades especiais são mais frequentes no município?

h) Qual a forma de organização dessa oferta?

II – Condições de Oferta

e) Nível de Escolarização dos educadores de EJA

Formação	Magistério	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Grad. Incompleta	Pós-Grad. Completa
Número de Educadores					

f) Vínculo empregatício

Vínculo	Número de Educadores
Efetivo	
Designação Temporária (DT)	
Voluntária	
Bolsista	
Outro	

Formação de Educadores

c) Existe uma política voltada para a formação específica dos educadores na rede?

- Sim
 Não

d) De que maneira a rede trata a formação de seus profissionais?

- Através de espaços e tempos constantes no calendário escolar
 Formação continuada
 Experimentação com práticas de trabalho coletivo
 Outros

e) Programas e/ou projetos de apoio aos estudantes jovens e adultos (alimentação, transporte escolar, entre outros)

Programa ou Projeto	Número de alunos atendidos
Alimentação	
Transporte	
Leitura	
Bolsa Família	
Material Escolar	

Uniforme	
Livros	
Oficinas	

f) De que maneira os programas de apoio (educação profissional, educação e saúde, educação e transporte e inclusão digital) a estudantes Jovens e Adultos integram a proposta curricular qualificando a oferta do município?

g) Proposta Pedagógica e Metodológica

A rede municipal/ estadual ou rede privada (empresas e fundações) de ensino possui uma proposta pedagógica para a EJA?

- () **Sim**
 () **Não**

Qual? _____

h) Descreva sucintamente os principais elementos estruturantes da proposta pedagógica?

i) O município tem definido suas Diretrizes Curriculares para a EJA?

- () **Sim**
 () **Não**

j) As Diretrizes estão regulamentadas pelo Conselho Municipal?

- () **Sim**
 () **Não**

l) A partir de que data? E de que maneira essas Diretrizes têm sido implementadas?

m) A rede disponibiliza recursos financeiros para garantir a oferta da Educação de Jovens e Adultos?

- () **Sim**
 () **Não**

n) Em caso positivo, qual a prioridade na aplicação desses recursos?

o) A proposta pedagógica considera as relações com os diferentes contextos e vivências dos alunos?

() **Sim**

() **Não**

p) Indique algumas dessas práticas realizadas:
